



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2018 - UASG 200374

Número do Contrato: 1/2017. Nº Processo: 08320000059201743. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 1/2016. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 0415196000103. Contratado : CONSTRUTORA PINHAO FELA LTDA -Objeto: O acréscimo de 0,17% do valor original atualizado do contrato, no valor de R\$ 21.925,59, para correção dos valores do item 10.6.45, da planilha orçamentária do 1 Termo Aditivo de supressão do contrato n 01/2017. Fundamento Legal: Lei n 8666/93 . Vigência: 18/09/2018 a 11/07/2020. Valor Total: R\$21.925,59. Fonte: 174020227 - 2018NE800487. Data de Assinatura: 18/09/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200374-00001-2018NE800042

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

AVISO DE PENALIDADE

O SENHOR CHEFE DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA - SELOG/SR/PF/SC torna pública a aplicação de penalidade à empresa C M F EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 24.398.502/0001-80, resultado da apuração de irregularidades ocorridas na execução do resultado do Pregão Eletrônico 04/2017-SR/PF/SC, processo administrativo nº 08490.006950/2018-12. Objeto: Fica aplicada à Contratada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União no prazo total de 6 (seis) meses. Fundamento legal: art. 87, II, da Lei 8.666/93.

GIULLIANO TOGNI

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2018 - UASG 200109

Nº Processo: 08650001300201809. PREGÃO SRP Nº 4/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 01644731000132. Contratado : CTIS TECNOLOGIA S.A -Objeto: Fornecimento de solução de software e de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, também chamadas Fábricas de Software. Fundamento Legal: Lei 10.520/02;Lei 8.666/93. Vigência: 01/10/2018 a 30/09/2019. Valor Total: R\$3.822.382,40. Fonte: 174020197 - 2018NE800477. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200109-00001-2018NE000001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2018 - UASG 200109

Nº Processo: 08650001300201809. PREGÃO SRP Nº 4/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 22543675000110. Contratado : DELTAPOINT CONSULTORIA E - TREINAMENTOS EIRELI. Objeto: Fornecimento de solução de software e de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, também chamadas Fábricas de Software. Fundamento Legal: Lei 10520/02 e Lei 8666/93. Vigência: 01/10/2018 a 30/09/2019. Valor Total: R\$322.268,80. Fonte: 174020197 - 2018NE800478. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200109-00001-2018NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2018 - UASG 200233

Nº Processo: 08673000950201780. PREGÃO SRP Nº 1/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado : CLARO S.A. -Objeto: Contratação de empresa para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN) a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste instrumento. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 15/10/2018 a 14/10/2020. Valor Total: R\$2.006,60. Fonte: 174020197 - 2018NE800333. Data de Assinatura: 02/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200233-00001-2018NE000014

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2018 - UASG 200112

Nº Processo: 08653016277201819. PREGÃO SRP Nº 1/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado : CLARO S.A. -Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, via rede móvel disponível nacional e internacionalmente com tecnologia digital, com fornecimento de SIMCARD (chips). Fundamento Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e outras. Vigência: 03/10/2018 a 03/04/2021. Valor Total: R\$99.032,89. Fonte: 174020197 - 2018NE800490. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200112-00001-2018NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 200124

Número do Contrato: 9/2018. Nº Processo: 08665002205201855. PREGÃO SISPP Nº 10/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 21651616000100. Contratado : TW PROJETOS EIRELI -Objeto: Conceder reequilíbrio econômico - financeiro do Contrato,que passará a ter o valor global de R\$ 135.345,76. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 . Valor Total: R\$135.345,76. Fonte: 174020197 - 2018NE800294. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200124-00001-2018NE800003

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 1/2018 publicado no D.O. de 01/10/2018 , Seção 3, Pág. 116. Onde se lê: Contrato: 5/2018 - Conpac Constru-ções e consultoria Ltda. Leia-se : Contrato:05/2017 - Are Serviços Lt-da.

(SICON - 02/10/2018) 200124-00001-2018NE800003

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2018 - UASG 200118

Nº Processo: 08659075040201810. PREGÃO SRP Nº 1/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 12926152000107. Contratado : YOSHIMITSU OGAWA - EIRELI -Objeto: Aquisição de água mineral em garrações de 20 litros para fornecimento à 3ª Delegacia. Fundamento Legal: Leis 8666/93, 10520/02 e 8078/90. Vigência: 19/09/2018 a 31/12/2018. Valor Total: R\$1.450,50. Fonte: 174020197 - 2018NE800482. Data de Assinatura: 19/09/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200118-00001-2018NE000022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 - UASG 200118

Número do Contrato: 34/2017. Nº Processo: 08119057857201725. PREGÃO SISPP Nº 3/2017. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 08215502000141. Contratado : RAG - EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA -Objeto: Majorar em 25% o valor do Contrato 34/2017; prorrogar o prazo de vigência do contrato por 12 meses a partir de 09/11/2018. Fundamento Legal: Art. 57, II, e Art. 65, § 1º, da Lei 8666/93. Vigência: 26/09/2018 a 08/11/2019. Valor Total: R\$12.551,64. Fonte: 174020197 - 2018NE800271. Data de Assinatura: 26/09/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200118-00001-2018NE000022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2018 - UASG 200123

Nº Processo: 08664004300201801. PREGÃO SISPP Nº 5/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 00504923000180. Contratado : POLYCLIMA - AR CONDICIONADO & -REFRIGERACAO LTDA. Objeto: Contratação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, nos aparelhos de ar condicionados da Sede, Delegacias, Postos e Unidades Descentralizadas pertencentes à SRPRF-RN. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93, Decreto nº 2271/1997, IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Vigência: 01/10/2018 a 30/09/2019. Valor Total: R\$55.311,95. Fonte: 174020197 - 2018NE800404. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 200123-00001-2018NE000002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018 - UASG 200119

Processo: 08660042673201811. Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário de mudanças dentro de Porto Alegre/RS, em virtude da transferência definitiva da sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul, conforme as condições, quantidades e exigências constantes neste Edital e seus Anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 03/10/2018 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. A.J. Renner, 2.701, Bairro Humaitá, Bairro Humaitá - Porto Alegre/RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200119-5-00011-2018. Entrega das Propostas: a partir de 03/10/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/10/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

JOAO FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Superintendente

(SIASGnet - 01/10/2018) 200119-00001-2018NE800002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA

NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 08676.000958/2018-05. Pregão nº 03/2018. Contratante: MINISTERIO DA SEGURANÇA PÚBLICA. SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM RORAIMA (CNPJ: 00.394.494/0137-00). ARP 03/2018. Contratada: MAXQUALY COMERCIO E SERVICOS LTDA (CNPJ: 10.688.543/0001-05). Valor total R\$ 2.802.765,62. Itens: 01, 02, 03, 04, 08, 11, 12 e 13. Fundamento legal: Decreto 7.892/2013, Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis. Data de assinatura: 02/10/2018.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE RESCISÃO

Nº do Processo: 08658.000036/2016-46. Contrato nº 05/2016 - Contratante: Ministério da Segurança Pública - Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo - Contratada: Rio Minas Conservação e Limpeza LTDA, CNPJ nº 12.904.815/0001-84 - Objeto: rescisão unilateral a partir de 01 de novembro de 2018 - Fundamento Legal: Cláusula Segunda - Da Prorrogação da Vigência do Termo Aditivo nº 01/2017 ao Contrato nº 05/2016, tendo em vista a realização de nova contratação, nos termos da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, Lei 8.666/93 e legislação correlata - Data da Assinatura: 28/09/2018.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 6/2018

A Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina torna público o resultado do pregão para a contratação de serviço de remoção, depósito e guarda de veículos referente aos itens: 01, 03 e 04. O certame foi homologado em 02/10/2018, com os seguintes resultados: vencedor dos itens 01 e 04, GUINCHOS ROMANIO REIS LTDA, CNPJ 10.239.712/0001-11; e vencedor do item 03, FABIANO DE OLIVEIRA BETTU, CNPJ 17.692.506/0001-01; todos com o melhor lance.

LORENA CAMILA CORREIA LIMA
Pregoeira

(SIDECA - 02/10/2018) 200125-00001-2018NE800005

DIRETORIA-EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Polícia Rodoviária Federal, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos relacionados no(s) edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 17/2018, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO até a data indicada no mesmo edital, junto a qualquer unidade da Polícia Rodoviária Federal - PRF devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. A defesa deverá ter somente um auto de infração como objeto. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR: 1) Caso o proprietário do veículo não seja o infrator, nos termos do art. 257 do CTB, poderá identificá-lo à PRF, até a data limite prevista neste edital. Para tanto deverá preencher formulário próprio (disponível em www.prf.gov.br) acompanhado dos seguintes documentos: CONDUTOR INFRATOR: a) Cópia reprográfica legível do documento de habilitação quando habilitado e/ou documento de identificação oficial. b) Para condutor estrangeiro, além dos documentos previstos no item anterior, anexar comprovante da data de entrada no Brasil. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO: c) Cópia reprográfica legível do documento de identificação oficial com fotografia e assinatura; d) Cópia do CRLV; e) Se o proprietário ou o condutor infrator possuir um representante legal, este deverá juntar o documento que comprove a representação (contrato social, procuração etc) e documento oficial de identificação com assinatura e foto; f) Se o proprietário for pessoa jurídica e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário cópia de documento em que conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e